

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Beatriz Abreu, 11795846
Fabio Ichimura, 10687580
Giovana Armani de Lima, 11207686
Idemar Burssed dos Santos Neto, 11857282
João Vitor Marques Teodoro de Lima, 11206195
Leonardo Moreira, 11172917
Milleny Caroliny de Almeida Santos, 11937979

Governo Aberto

Comunicação e Governo Aberto

Ata da semana 1 - Definição dos problemas em equipe

São Paulo
2023

Discussão da Semana

Problemática escolhida: Comunicação e governo aberto

Ideia 1: Perfis bloqueados pelas prefeituras

- São Caetano possui mais de mil usuários bloqueados no instagram, de acordo com as informações solicitadas pelo integrante João.
- As redes sociais são uma forma de democratizar o acesso às informações importantes da prefeitura, e bloquear pessoas fere esse direito.
- Procurar as prefeituras que fazem parte da OGP e levantar esses dados referentes a elas também.
- Quais os motivos de cada bloqueio? Quem é responsável por essas redes sociais?

Ideia 2: Análise dos pedidos de acesso a informação não concedidos (<https://buscalai.cgu.gov.br/>)

- Analisar os pedidos que não deram certo, realizando comparações com as principais secretarias.
- Por que esses pedidos foram negados?
- As pessoas sabem utilizar o mecanismo?
- Quantos estão sendo negados por não possuírem as informações solicitadas?

Divisão de atividades da Semana 1

Beatriz - Procurar referências sobre os temas, um artigo de cada proposta até Sábado.

Fabio - Procurar referências sobre os temas, um artigo de cada proposta até Sábado.

Giovana - Procurar referências sobre os temas, um artigo de cada proposta até Sábado.

Idemar - Procurar referências sobre os temas, um artigo de cada proposta até Sábado.

João - Procurar referências sobre os temas, um artigo de cada proposta até Sábado.

Leonardo - Procurar referências sobre os temas, um artigo de cada proposta até Sábado.

Milleny - Procurar referências sobre os temas, um artigo de cada proposta até Sábado.

Domingo: debater ideias, definir tema e escrever a introdução.

Pontos levantados

- Ágora Rio
- Iniciativa Lá de BH
- Desafios para a comunicação
- O que é governo aberto → para além de dados
- Pátio digital
- Participação política

Artigos encontrados - rascunho

- [Fábio] Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois

O artigo faz uma análise da transparência passiva, na qual os autores relatam que existem poucos estudos sobre, geralmente os estudos no Brasil focam na transparência ativa. Esta análise é feita por meio de dados oficiais, avaliações de cumprimento das obrigações de transparência, entrevistas com políticos e de pesquisas de arquivo. Com base nestes objetos de estudo, eles demonstram estatísticas descritivas e inferenciais sobre as condições de acesso à informação nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

O texto é dividido em três partes:

- PARTE 1 - ANÁLISE SUCINTA DA LAI E ESTRUTURAÇÃO DE COMPROMISSOS DO GOVERNO COM ACESSO À INFORMAÇÃO
 - A existência de muitas coalizões no Brasil serve como instrumento de monitoramento dentro de uma coalizão. Pois assim os membros deste grupo podem verificar a condição da administração dos demais. Esta característica é mais útil em coalizões heterogêneas, pois em grupos homogêneos a proteção de aliados da investigação pública supera o monitoramento.
 - Porém, este mecanismo pode ser usado para estratégias competitivas a fim de acabar com as vantagens de partidos oponentes. Por isso, compromissos com AI tendem a surgir em contextos de maior competitividade política.
- PARTE 2 - TAXAS DE DIVULGAÇÃO NO PODER EXECUTIVO
 - Os dados para isto foram de duas fontes: dados oficiais fornecidos pelo Ministério Público, governos subnacionais e pelo governo federal. No total 3550 solicitações.
 - Os órgãos federais tiveram a taxa de resposta média mais alta (91%) em relação aos estaduais(53%) e os municipais(44%). No geral a taxa de resposta para o Brasil foi de 62%, mas 52%

delas($\frac{1}{3}$ das solicitações) foram classificadas como minimamente precisa ou precisas.

- 50% dos pedidos passaram do prazo máximo de 30 dias, e o tempo médio de resposta foi de 18 dias.
- O cenário brasileiro demonstra uma transparência mais fraca no nível municipal, o que é o contrário do que se apresenta em países como EUA e Canadá.
- Os municípios respondem a menos de 1 em cada 2 solicitações e fornecem respostas precisas para apenas 1 em cada 4 solicitações.
- Nas capitais dos estados 2 de cada 3 pedidos obtêm resposta, e 2 de cada 5 pedidos tem resposta.
- Para os estados 1 em cada 9 pedidos obtêm resposta precisa.
- “Em 2016, o Programa de Transparência Pública (FGV) publicou um relatório sobre transparência estadual e municipal no Brasil (Michener, 2016). Dos 313 pedidos enviados, 53% receberam uma resposta, das quais 87% foram consideradas minimamente precisas ou precisas”
- Foram realizados 73 telefonemas nos 20 municípios que não responderam aos pedidos da FGV. Nestas em quase 50% das chamadas, as autoridades questionaram a razão do pedido de informacao, o que é ilegal pela LAI. E em 57% eles não souberam qual agência era responsável pela informação.
- O argumento de poucos recursos pode ser contestado pelo exemplo de Cacaúlândia, que possui renda per capita de R\$ 18.460,00. De 2013 a 2017, Cacaúlândia gastou cerca de R\$5000,00 para assuntos relacionados à LAI.
- Como Cacaúlândia e os telefonemas da FGV aos governos locais sugerem, a ausência de conformidade tem menos a ver com orçamentos e habilidades técnicas e mais com incentivos e liderança.
- Com as respostas recebidas pelo Programa de Transparência Pública da FGV e os sites das capitais brasileiras, eles encontraram apenas dados de 2016 sobre o número de solicitações recebidas em 11 das 26 capitais. Com a mediana da taxa solicitante para estados e capitais, em 2016, foram encontradas 1148 solicitações para estados e 445 para capitais estaduais.
- “Os 44,85 milhões de habitantes de São Paulo enviaram quase 18 mil pedidos ao governo do estado em 2016 (0,4 solicitações por mil cidadãos). Esse resultado é similar ao do governo federal do Brasil, que recebeu 111.669 solicitações em 2016 (0,5 solicitações por mil cidadãos). Comparativamente, o Canadá, um país com uma população de 35,85 milhões e cuja lei AI está

em vigor desde 1984, registrou 75.387 solicitações em 2015-2016 (2,1 solicitações por mil cidadãos) Outros estados brasileiros mostram tendências menos promissoras. Mato Grosso, com uma população de 3,3 milhões, registrou meras 368 solicitações (0,1 solicitações por mil cidadãos).”

- As informações a respeito de solicitantes são escassas no nível subnacional. No geral, aqueles poucos que apresentam estatísticas sobre possuem uma tendência de aproximadamente duas vezes menos solicitantes do que solicitações. Isto está em conformidade com o cenário internacional, na qual um pequeno número de solicitantes gera muitas solicitações.
- “De acordo com os dados existentes, o solicitante médio é um homem com formação universitária. Essa informação está alinhada com observações internacionais”
- Existe um compromisso informal de regulamentar e implementar a LAI, chamado Programa Brasil Transparente(PBT). 1300 municípios assinaram (dados até abril de 2018), sendo que 13 estados e 6 capitais não haviam assinado. A CGU fornece gratuitamente o software e instruções técnicas para a implementação do e-SIC, porém 8 estados e 12 capitais não usam este sistema.
- O governo federal possui uma taxa de resposta de 99,39% das solicitações recebidas. No entanto existe margem para desconfiança sobre a estatística oficial, mas segundo avaliações acadêmicas e de ativistas existe um elevado nível de conformidade com as estatísticas apresentadas. 80% das respostas foram consideradas minimamente precisas ou precisas. Estes bons resultados estão relacionados ao forte controle da CGU.
- **PARTE 3 - RELAÇÃO DO DESEMPENHO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E INDICADORES DEMOGRÁFICOS E INSTITUCIONAIS**
 - Eles analisaram sistemas LAI, como o e-SIC da CGU, que é especialmente pensado para solicitações de AI. E examinaram canais designados, como o formulário de contato da ouvidoria, que é responsável por receber solicitações de AI, porém pode receber feedbacks dos cidadãos também.
 - Os resultados do estudo apontaram, que para os pedidos enviados por um canal designado, a probabilidade de ter uma resposta era de 114% maior do que para um não designado. E para as plataformas específicas de AI era 258% maior em relação ao não designado.

- Em nível municipal, um pedido em um canal designado a probabilidade aumenta em 290%, e 380% para plataformas de AI, ambas em relação ao não designado.
- Para o nível estadual, o uso de plataformas de AI possui um aumento de 133% nas chances de resposta, na mesma comparação.
- Foi verificada uma associação entre IDH e responsividade. Exemplo: “um ponto adicional no IDH15 está associado a uma probabilidade de resposta 0,4% maior a uma solicitação no nível estadual e 0,7% no nível municipal.”
- Em relação à precisão das respostas, as conclusões da pesquisa indicaram, que as chances do cidadão receber uma resposta precisa em nível municipal e estadual são de 65% e 71%, respectivamente.
- Para a relação com o IDH e a qualidade das respostas, verificou-se que 1 ponto a mais no IDH está associado a 1% a mais de chance de receber uma resposta de qualidade no nível estadual.
- E quando é usada uma plataforma específica para AI, a probabilidade de obter uma resposta precisa é 81% maior.
- **PARTE 4 - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES**
 - “1. Que todas as jurisdições atribuam responsabilidades de controle a uma instituição central, preferencialmente uma comissão de informações. Idealmente, o Brasil adotaria uma instituição supranacional, como o Instituto Nacional de Informação do México (Inai). A falta de supervisão independente é o déficit mais importante do Brasil em termos de melhoria da governança da informação.”
 - “2. Que todos os níveis de governo e todas as agências implementem unidades de AI dentro de cada agência para supervisionar o cumprimento, implementação, regulamentação e promoção da LAI.”
 - “3. Que todas as agências e jurisdições adotem plataformas online específicas de AI por meio das quais os cidadãos possam solicitar informações, acompanhar respostas e interpor recursos. Como a terceira parte deste artigo mostra, tais plataformas estão significativamente associadas a melhores performances.”
 - “4. Que todas as jurisdições adotem meios de identificação neutros para solicitar informações e garantia de proteção aos solicitantes. Estudos mostram que as autoridades estão ativamente “googlando” solicitantes, o que afeta a qualidade e a probabilidade de obter respostas e provavelmente prevenindo o uso da LAI.”

- “5. Que as reformas sejam aprovadas para a) preencher lacunas nas regulamentações de muitos governos subnacionais, como a ausência de sanções; b) esclarecer ou alterar as exceções relativas ao artigo 13 do Decreto Federal no 7.724; e c) prever testes de dano e interesse público para justificar melhor as informações definidas como classificadas.”
- [Fábio] PÁTIO DIGITAL: UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO ABERTO E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O estudo mostra uma experiência de governo aberto na educação pública da cidade de São Paulo, o Pátio Digital, criado em abril de 2017. Este programa tem como base: (i) transparência e dados abertos; (ii) colaboração entre governo e sociedade; e (iii) inovação tecnológica. Existem dois alicerces de políticas de governo aberto, abrir dados e abrir processos. Mas no artigo, os autores analisam o Pátio Digital pela perspectiva de abrir tecnologias e abrir o conhecimento.

-ABRIR DADOS

- O processo de abertura de dados pode usar um instrumento facilitador que são os planos de dados abertos. Estes auxiliam no planejamento, organização, transparência e elaboração do cronograma do processo.
- Na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo foi publicada uma portaria (n. 7.720/2016) que estabelece a Política de Transparências Ativa e Dados Abertos(PTDA). Com isto, a SME-SP virou o órgão com mais dados abertos, provendo informações sobre microdados inéditos de matrículas e de servidores, perfil das turmas e ambientes escolares, histórico de refeições servidas, além de outras.
- Para elaborar o documento os responsáveis baseiam-se em:
 - Mapeamento de bases de dados disponíveis de todos os setores da secretaria.
 - Café Hacker, que foi uma reunião feita pela CGM com pessoas interessadas na abertura de dados da educação e fazer apontamentos sobre o processo.
 - Os pedidos mais frequentes via LAI
 - O Plano Municipal de Educação
- Outra ação do Pátio Digital é aumentar o acesso a informação com páginas temáticas e painéis de visualização de dados abertos. Exemplos disso são a Página de Transparência da Alimentação Escolar, que explica como funciona os diferentes sistemas de gestão de merenda do município e centraliza informações que antes estavam dispersas no portal da Secretaria de Educação. E outro exemplo seria o da seção “Fatos e Boatos” que reúne respostas para combater informações falsas ou imprecisas dentro deste contexto da educação.

- ABRIR TECNOLOGIAS

- Baseado em quatro princípios: “: (i) Transparência – disponibilizar o código fonte permite que a verificação do funcionamento do software seja mais efetiva e que a gestão seja compartilhada; (ii) Colaboração – os códigos abertos possibilitam estudos e modificações em suas estruturas. Assim, todos podem contribuir para a melhora dos software; (iii) Inovação – o estímulo à colaboração na gestão do software incentiva aperfeiçoamentos e possibilidades inovadoras para os códigos; e (iv) Interoperabilidade – esses software estão mais propícios a seguir padrões abertos. Sua capacidade de comunicação com outros sistemas é maior.”
- Uma das ideias principais é propiciar a eficiência dos recursos públicos. Existem duas vertentes para tecnologias abertas, sendo a primeira um Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), na qual os professores registram notas e frequência dos estudantes e seus planos de aula. A segunda vertente é a adoção de software aberto para otimizar processos internos, principalmente de gestão da informação.
- ABRIR PROCESSOS
 - O ciclo de inovação aberto do Pátio Digital é o conjunto de metodologias usadas para identificar um desafio e propor uma solução, colaborativamente, que possa ser usada por outros órgãos. Com esta metodologia, primeiro é feita uma prototipação, depois oficinas para elaborar melhor a solução. Após este processo é feito uma indicação do melhor protótipo que é submetido a desenvolvimento baseado em metodologias ágeis e tecnologias abertas.
- ABRIR O CONHECIMENTO
 - O estudo discute sobre como é importante a divulgação do conhecimento para evitar reforçar desigualdades no acesso à informação. Apresenta as ferramentas demonstradas no Pátio Digital como partes deste processo, pois são desenvolvidas colaborativamente e em ambientes separados de uma dinâmica acadêmica, o que segundo eles seria mais permeável.
- [Giovana] Análise descritiva dos pedidos de acesso à informação ao Governo Federal por meio do Portal de Acesso à Informação
 - Objetivo: analisar a relação entre os temas demandados pelo cidadão no portal de acesso a informação do poder executivo federal e o status do pedido. Observar quais informações foram negadas com maior frequência
 - Os assuntos ou temas que possuem maior chance de resultarem com o acesso de pedido negado se referem a economia e finanças, defesa e segurança e trabalho, com chances de negação 30 vezes maior que no tema agricultura, extrativismo e pesca
 - O artigo define accountability, apresenta a LAI

- Metodologia: Após a obtenção dos dados, foram realizados testes estatísticos a fim de verificar se o status do pedido de informação estava associado de maneira não aleatória e estatisticamente significativa ao tema do pedido.
- se há uma probabilidade maior de informações sobre a “Economia e Finanças” serem negadas, a análise sobre a qualidade do gasto público pelo cidadão pode ficar prejudicada, bem como sua capacidade de analisar se os recursos oriundos dos tributos estão sendo geridos de forma racional
- Para futuras pesquisas, sugere-se analisar o perfil dos usuários que demandam acesso à informação dos portais de transparência das esferas de governo. Acredita-se que o nível de complexidade e profundidade das informações demandadas podem estar relacionadas com um perfil de usuário específico, qual seja, um cidadão com maior escolaridade, por exemplo, como pôde ser verificado no estudo de Freire e Batista
- [Giovana] Ecossistemas digitais para o apoio a sistemas de governo abertos e colaborativos
 - Objetivo do artigo: construir um arcabouço conceitual para definir, especificar e desenvolver soluções computacionais para apoiar o acesso a informação, traçando um paralelo entre sistemas de informação para governo abertos e características típicas de ecossistemas digitais para a definição de metodologias para o desenvolvimento de sistemas de governo aberto
 - Iniciativas para aproximação cidadão-governo: wiki cívica, desafio agora Rio, pacto do rio, rede nossas cidades, plataforma brasil, orçamento participativo online da cidade de BH, sistema estadual de participação popular e cidade do governo do RS
 - O artigo define como SIGACs (sistemas de informação para governos abertos e colaborativos) sistemas utilizados para coletar, transmitir, processar e disseminar informação com o objetivo de possibilitar, sustentar e ampliar a participação e interação entre administração pública e sociedade

- Desafio: definir requisitos e planejar arquiteturas flexíveis capazes de considerar as características de distintos contextos de interação, considerando aspectos sociais, culturais e econômicos dos públicos alvos
- O artigo define ecossistema digital como uma infraestrutura digital auto-organizável com o intuito de criar um ambiente digital para organizações conectadas em rede, provendo apoio à cooperação, compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias adaptativas e abertas
- Características essenciais dos ecossistemas digitais
 - Abertura, interação e engajamento: ambiente digital transparente com interação entre os agentes
 - Balanceamento
 - Agrupamento por domínio e acoplamento fraco
 - Auto organizável: cada agente é independente e capaz de agir de forma autônoma, tomar decisões e cumprir responsabilidades
- SIGACs como ecossistemas
 - Abertura, interação e engajamento: compartilhamento de recursos entre sistemas. Devem permitir a abertura e transparência da informação. Devem se defender de ameaças de obstrução de acesso a informação, má aplicação de recursos, erros, insatisfação ou desigualdade
 - Balanceamento: capacidade de equilibrar seu próprio comportamento não previsível
 - Agrupamento por domínio e acoplamento fraco:
 - Auto organizável:
- [Millenry] Do governo eletrônico ao governo aberto: a evolução tecnológica e o protagonismo do cidadão
 - A Evolução Tecnológica e o Protagonismo do Cidadão apresenta um panorama evolutivo do uso das tecnologias pela Administração, desde o Governo Eletrônico até o Governo Aberto. O estudo destaca a crescente importância do papel cidadão na democracia digital, que se vê viabilizado a participar mais ativamente do dia a dia do Poder. Há

uma relação direta entre o emprego tecnológico e o protagonismo do cidadão no governo aberto. Essa relação se dá pelo fato de que a tecnologia permite que o cidadão participe mais ativamente do dia a dia do Poder, ajudando a identificar as demandas e necessidades da sociedade, bem como as soluções para saná-las. Com isso, o cidadão se torna um agente ativo na colaboração com o governo em decisões importantes para a sociedade. A adesão tecnológica nos moldes do Governo Eletrônico ao Governo Aberto gera um protagonismo cívico que é fundamental para uma democracia mais participativa e transparente.

- O estudo utiliza o método indutivo a partir de estudos bibliográficos, na doutrina nacional e estrangeira e em dados quantitativos e qualitativos para apresentar um panorama evolutivo do uso das tecnologias pela Administração. Destaca-se que as mudanças sociais causadas pelo uso das tecnologias têm demandado um acompanhamento preciso do Estado para corresponder com as necessidades da sociedade.

Principais assuntos abordados:

- Evolução tecnológica na Administração: O artigo apresenta um panorama evolutivo do uso das tecnologias pela Administração, desde o Governo Eletrônico até o Governo Aberto. Destacando a importância da utilização das tecnologias para corresponder com as necessidades da sociedade.
- Protagonismo do cidadão: O estudo destaca a crescente importância do papel cidadão na democracia digital, que se vê viabilizado a participar mais ativamente do dia a dia do Poder. O cidadão passa a ser visto como um agente ativo que colabora não só na identificação das demandas e necessidades da sociedade, mas também nas decisões para supri-las.
- Relação entre tecnologia e democracia: O artigo observa que a trajetória da adesão tecnológica pela Administração reflete intimamente a democracia e a posição do cidadão nos processos do

governo. Há uma direta relação entre o emprego tecnológico e o protagonismo do cidadão no governo aberto.

- Métodos utilizados no estudo: O estudo utiliza o método indutivo a partir de estudos bibliográficos, na doutrina nacional e estrangeira e em dados quantitativos e qualitativos para apresentar um panorama evolutivo do uso das tecnologias pela Administração.
- Transformação no espaço ocupado pelo cidadão: O artigo destaca como as mudanças sociais causadas pelo uso das tecnologias têm demandado um acompanhamento preciso do Estado para corresponder com as necessidades da sociedade. Entretanto, junto com a tendência de evolução das tecnologias, podemos observar também uma crescente importância do papel cidadão na democracia digital.
- [Milleny] Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte
 - O artigo analisa a participação dos cidadãos na tomada de decisões orçamentárias por meio do Orçamento Participativo Digital (OP Digital) da cidade. Os principais pontos do artigo são:
 - O OP Digital é um modelo de participação dos cidadãos na gestão pública por meio da internet, onde a população escolhe as obras prioritárias para o biênio seguinte.
 - A primeira edição do OP Digital ocorreu em 2006 e foi repetida em 2008 e 2011, mas com participação inferior à obtida na primeira edição.
 - A análise investiga as representações sociais que emergem da participação pública mediada pelo uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).
 - A prefeitura contou com vários parceiros voluntários para instalar pontos públicos de internet adicionais para facilitar o acesso daqueles que queriam participar.
 - A internet pode ser utilizada para aumentar a participação dos cidadãos na gestão pública, mas é necessário um esforço contínuo para garantir uma ampla participação e inclusão digital.

- Também é abordada a importância da inclusão digital como um fator crucial para garantir a efetividade da democracia. O uso das TICs pode aumentar a transparência e a accountability no processo decisório, além de permitir uma maior participação dos cidadãos. No entanto, é necessário garantir que todos tenham acesso à internet e às ferramentas necessárias para se engajar no processo.
- Outro ponto importante é a necessidade de se criar um ambiente propício para a participação dos cidadãos. A ausência de vozes discordantes e de oposição ao prefeito na primeira edição do OP Digital levanta questões sobre a liberdade de expressão e a pluralidade de ideias no processo decisório. É importante garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que haja espaço para o debate público. (aqui entra em questão o que o João citou sobre a cidade dele, que pessoas eram bloqueadas por discordar nas publicações das redes sociais da cidade)
- **Os principais pontos do artigo são:**
 - O Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte é um modelo de participação dos cidadãos na tomada de decisões orçamentárias por meio da internet.
 - A primeira edição do OP Digital ocorreu em 2006 e foi repetida em 2008 e 2011, mas com participação inferior à obtida na primeira edição.
 - A análise investiga as representações sociais que emergem da participação pública mediada pelo uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).
 - A prefeitura contou com vários parceiros voluntários para instalar pontos públicos de internet adicionais para facilitar o acesso daqueles que queriam participar.
 - A internet pode ser utilizada para aumentar a participação dos cidadãos na gestão pública, mas é necessário um esforço contínuo para garantir uma ampla participação e inclusão digital.

- [João] Governo Aberto: a tecnologia contribuindo para maior aproximação entre o Estado e a Sociedade. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/download/60/67>
 - O texto estabelece relação entre governo eletrônico e governo aberto. Governo eletrônico seria a instrumentalização de práticas governamentais por meio do uso das tecnologias. Ex: uso de formulários digitais ao invés de papéis, realizacao de servicos publicos com o uso da internet. O texto diz que o simples uso da tecnologia, se não alinhado com um diálogo com o cidadão (gov. aberto), se mostra insuficiente para produzir resultados efetivos;
 - Analisa o que vem acontecendo nos EUA, trazendo uma breve análise da legislação americana sobre governo aberto - que é algo histórico mas que no governo Obama tem uma consolidação;
 - O texto também faz análise sobre o Brasil, pontuando que a discussão sobre acesso à informação não é recente e que é prevista na CF. Traz algumas iniciativas da CGU e apresenta o portal brasileiro de dados abertos (dados.gov.br);
 - Traz algumas práticas de governo aberto na educação. há uma riqueza de dados públicos de desempenho educacional em todo mundo; entretanto, embora haja uma riqueza de dados muitas vezes eles estão brutos e dificultam a compreensão para o cidadão.;
 - O texto diz que ferramentas da web 2.0 (como facebook) são um meio para que os indivíduos e organizações possam compartilhar informações e dessa forma criar uma "arquitetura de participacao".;

O texto também faz uma breve análise da ação do TCU (o que pode linkar com nosso primeiro tema)) e como ele pode contribuir mais para o tema.;
- [João]: DO CONCEITO DE GOVERNO ABERTO ÀS SUAS RELAÇÕES COM A E-DEMOCRACIA
 - O texto inicia falando da liderança dos EUA no que se refere ao Governo Aberto. Pontua que a campanha de Obama fez massivo uso das redes sociais e que Obama emitiu memorandos que prometiam maior transparência governamental; entretanto esses documentos já

enfaticavam que o governo aberto não seria alcançado unicamente através da transparência, mas também da participação e colaboração.

- O texto pontua também que embora essa ênfase tenha sido dada nos últimos anos, o conceito de governo aberto é antigo nos EUA; de modo que surgiu na década de 1950. O Congresso americano nos anos 1960 criou um subcomitê especial sobre informações do governo: o Freedom of Information Act. Foi um documento desse subcomitê que citou pela primeira vez o termo open government (como direito à informação ou direito a saber).
- Pontua que o conceito de governo aberto é geralmente atrelado a ideia de dados abertos. O texto também traz algumas críticas de teóricos às iniciativas de governo aberto; primeiramente, ainda se questiona a sustentabilidade de tais projetos e como eles são financiados, uma vez que a abertura de dados depende de aspectos técnicos, sua produção e sua manutenção dependem de gastos significativos, os quais, muitas vezes, as agências governamentais não desejam assumir. Outra crítica é que dados abertos tendem a empoderar os já empoderados, já que para terem valor os dados precisam de intermediação (geralmente feita por empresas ou grupos que dominem técnicas).
- O texto também apresenta questionamento de alguns teóricos, que afirmam que um governo não pode operar de forma totalmente aberta e transparente, uma vez que há questões estratégicas que precisam de reserva e segredo.
- O texto também revela que fazer parte da OGP ou oferecer dados abertos não é sinônimo de democracia ou realmente abertura, uma vez que governos não democráticos como a China e a Rússia fazem parte do acordo.
- O texto também apresenta uma discussão sobre a e-democracia, trazendo a importância de linkar o conceito de governo aberto com o conceito de e-democracia, transparência e participação que já existiam anteriormente. O texto salienta que o governo aberto não pode se resumir apenas em dados, mas que precisa ser fomentado através de

diferentes iniciativas que busquem uma participação efetiva da sociedade civil no governo.

(Leonardo): Governança Digital, UFRGS.

Aspectos importantes:

Sugere a avaliação do governo aberto em menos aspectos tecnológicos e em mais resultados que possam trazer benefícios à sociedade e à democracia (transparência e participação social). Além disso, valorizam o impacto que o governo aberto pode exercer em relação à economia, sociedade e política.

Há a discussão também acerca do potencial e implicações do governo aberto, visto que com o tratamento desta open data, uma série de tomada de decisões poderiam ser tomadas a fim de solucionar ou melhorar determinado impasse que esteja prejudicando determinada parcela da sociedade.

Entretanto, há um custo oneroso para manutenção e possibilidade de tratamento desses dados que nem sempre devem ser custeados por empresas ou até mesmo pelo governo. Além disso, há também o receio de que tais informações caiam nas mãos de empresas de forma gratuita e sem operar de forma coletiva, mas sim à sua maneira e vontade.

A mudança do paradigma da gestão pública para esta governança democrática e aberta, que efetivamente use as redes digitais e as mídias sociais para acelerar e facilitar o processo é certamente um caminho importante e deve ser um dos objetivos a serem alcançados. A ideia de governo aberto não deveria estar tão centrada apenas na abertura de dados, mas poderia ser o alicerce de novos modos de governança da coisa pública.

É importante citar também que a abertura deve ser feita por meio de convites e não de forma obrigatória. Assim, a participação deve ser espontânea por parte dos elementos da sociedade.

[Beatriz]: Desafio Ágora Rio

O **Desafio Ágora Rio** foi uma plataforma criada em 2014 pelo município do Rio de Janeiro através da qual os órgãos técnicos do município e os cidadãos podiam propor e discutir políticas públicas de interesse do município. A primeira discussão realizada pela plataforma foi: "Como ampliar os benefícios do legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade e a população?" Inicialmente, cerca de 500

propostas foram enviadas para a plataforma e avaliadas pelos próprios usuários. Grupos de discussão presencial foram organizados para apresentar a plataforma e promover uma discussão das propostas apresentadas entre técnicos e cidadãos de diferentes partes da cidade do Rio de Janeiro, incluindo o Parque de Madureira, o Complexo do Alemão, na Cidade de Deus, Ipanema, Centro e Méier, a fim de aumentar a participação e tentar garantir uma discussão mais inclusiva. A iniciativa se encerrou em 2017.

O projeto foi um dos frutos da reação governamental (em diversas esferas, desde a federal até a municipal) em resposta às manifestações de 2013. Outras iniciativas que foram precursoras do desafio Ágora Rio, com o intuito de aproximar a população da participação em políticas públicas, foram sessões de *hangout* no Google com o prefeito sobre variados temas, *hackathons*, lançamento do Data.Rio (portal de dados abertos da prefeitura do Rio, ainda em vigor), reforma do Portal da Transparência da prefeitura e compromisso em implementar ideias da plataforma colaborativa Rio+, em que as pessoas puderam elaborar propostas para melhorar a vida na cidade.

Como impacto da ação, das 25 propostas mais votadas, 3 foram incorporadas ao planejamento da prefeitura, 10 foram parcialmente incorporadas e 12 não foram incorporadas.

Propostas incorporadas:

1) Crédito verde

Descontos (ou isenção) em tributos e taxas municipais vinculados a critérios de sustentabilidade ambiental que sejam cumpridos pelos cidadãos e empresas.

2) Projeto Rede Energia Cidadã

Integrar Esporte, Saúde e Educação através de projetos esportivos voltado a alunos da Rede Municipal e frequentadores do programa de prevenção de doenças das Clínicas da Família.

Para se manterem no projeto, os alunos devem ter desempenho escolar satisfatório, frequência dos pais nas reuniões escolares, carteira de vacinação e família com planejamento familiar acompanhado de Clínicas da Família. O proponente coloca a Associação Mão na Bola e a Escola de Vôlei do Bernardinho, que, pelo indicado, já fazem um trabalho em comunidades pacificadas, à disposição para testar a parceria Esporte-Saúde-Educação.

3) Criação do Sistema Sinalização para Pedestres

Criação de um sistema de sinalização orientado aos pedestres (wayfinding). Embora tenham surgido várias inovações nos últimos anos, os melhores projetos de sinalização usam os mapas como elemento chave. Cidades como Londres e NY implementaram iniciativas bem sucedidas e se tornaram referência em projetos de sinalização para pedestres.

No ano da pesquisa (2023), não há sinais de alguma plataforma deste tipo vinculada à prefeitura do Rio. Os projetos passados, como o Rio+, encontram-se indisponíveis (a página do facebook não é atualizada desde outubro de 2015 e seu website não existe mais). Um projeto existente de mesmo nome (Rio+) é encabeçado por alunos da PUC-Rio. Segundo a descrição de seu website, foi "idealizada como um laboratório de políticas públicas, nosso objetivo é contribuir para a retomada socioeconômica do município do Rio de Janeiro. Na prática, nossa missão é municiar os formuladores de políticas públicas com alternativas baseadas em evidências, qualificar o debate municipal e aproximar os cariocas de uma cidade mais desenvolvida e inclusiva."

Questões:

- Realmente não existe mais uma plataforma para participação popular em políticas públicas encabeçada pelo setor público do município do Rio de Janeiro?
- Qual o impacto do Rio+ "novo" no município?
- [Idemar] Inovações tecnológicas permitem maior participação política?
 - O artigo aborda a relação entre redes sociais e política, alegando que com o avanço das redes muitas pessoas tiveram a possibilidade de se expressar e também de acessar a informação.
 - Porém, com esses avanços também se teve o uso indevido a fim de espalhar fake news, tornando o acesso da informação nocivo, pois nada mais poderia ser confiável.

- Cita estudo da universidade Harvard a fim de mostrar a interferência das redes sociais na política.
- Universidade de Harvard, propõe que as TICs interferem na dinâmica democrática de diversas maneiras, por exemplo, ao:
 - acelerar o fluxo das comunicações, possibilitando a comunicação de muitos para muitos e diminuindo o custo de aquisição de informações, ou seja, tornando a esfera pública mais acessível e menos concentrada (empoderamento da esfera pública);
 - reduzir os custos de organização, ou seja, possibilitar que indivíduos localizados em diferentes regiões se auto-organizem, reúnam e cumpram de forma eficaz os objetivos de interesse comum (transformação da governança democrática);
 - criar conexões diretas entre cidadãos, por um lado, e políticos e formuladores de políticas, por outro (democracia digital direta e participativa);
 - reunir grande quantidade de dados e informações sobre assuntos de interesse público, permitindo sua divulgação a outros atores da sociedade civil (truth-based advocacy);
 - adensar a conexão entre as organizações políticas e seus membros (mobilização constituinte);
 - permitir que os usuários profissionais atuem como intermediários entre os cidadãos e o governo, atraindo os primeiros para melhor identificar os problemas públicos e trazendo-os à atenção do governo (crowd-sourced social monitoring)
- Cita Duas plataformas de iniciativa a incluir mais participação social – “Tem Meu Voto!” e “Poder do Voto” – são exemplos recentes de iniciativas domésticas não institucionais criadas para fortalecer a e-democracia no país e ambas foram premiadas por suas capacidades inovadoras. Por exemplo, o “Tem Meu Voto!”, inicialmente conhecido por “Meu Vereador” e posteriormente por “Nosso Mandato”, recebeu um prêmio de melhor startup em 2018.”